

ILMO(A). SR(A). PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE CHARQUEADAS/RS.

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2026.
ABERTURA EM 13/02/2026, ÀS 11H.

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, sociedade empresária, com matriz estabelecida na Av. das Américas, nº 4200, Blc. 3, Sal. 101, 201, 301, 401, 501, 601 e 701, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 35.820.448/0001-36, e suas filiais, doravante denominada "WHITE MARTINS", vem, tempestivamente, por seu representante legal abaixo assinado, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e no item 25 do instrumento convocatório, apresentar:

IMPUGNAÇÃO C/C PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

ao edital do pregão em referência, pelas razões fáticas, técnicas e jurídicas a seguir delineadas, tendo em vista os vícios verificados no edital, que se não sanados poderão contaminar os atos sucessivos e, conseqüentemente, o processo poderá ter sua nulidade decretada até mesmo perante o Judiciário.

I – DA TEMPESTIVIDADE:

Inicialmente, observa-se a tempestividade da presente impugnação, seja diante do teor do art. 164 da Lei nº 14.133/2021¹, seja frente ao que dispõe o item 25.1 do edital, abaixo transcrito:

25.1. Qualquer pessoa é parte legítima para requerer maiores esclarecimentos e/ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº

¹ Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar **esclarecimento** sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura das propostas.

Desse modo, denota-se que a presente peça é tempestiva, inexistindo óbice para conhecimento e análise quanto ao mérito, com ulterior acolhimento da inconformidade pelas razões a seguir declinadas.

II – MOTIVOS QUE ENSEJARAM A INTERPOSIÇÃO DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO:

A WHITE MARTINS teve conhecimento da abertura do processo licitatório em referência, que tem como objeto o *“Sistema de Registro de Preços (SRP), mediante condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência (TR), baseado no Processo de Compras n.º 044038, para contratação de empresas especializadas para serviços de fornecimento de oxigênio medicinal (com cilindros em comodato)”* e, na condição de interessada em participar da disputa para o atendimento deste objeto, analisou os termos do Edital.

Ocorre que, após minuciosa leitura, foi identificada a necessidade de que determinadas previsões sejam revistas, notada e precisamente para fins de estrita observância à legislação vigente e jurisprudência, bem como atendimento ao interesse público, como segue:

II(A) – DA FALTA DE PREVISÃO DE REAJUSTE NA MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

Verifica-se que não há previsão de reajuste na Minuta da Ata de Registro de Preços, ficando apenas fixado o prazo de vigência e previsão de prorrogação. Vejamos:

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços **não será objeto de reajuste**, repactuação, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo no caso de prorrogação.

Ademais, com a devida vênia, as omissões acerca do reajuste na Minuta da Ata de Registro de Preços estão em desacordo com o determinado no art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021, veja-se:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento. (...)

§ 7º Independente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Assim, e tratando-se de questão de singeleza ímpar, deve ser adequada a Minuta da Ata de Registro de Preços, fins de que passe a dispor sobre o reajuste dos preços, com a indicação do correspondente índice a ser adotado.

III – DOS ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS:

Por fim, depreende-se a necessidade de esclarecimentos, na medida em que o edital e seus anexos não são claros e precisos quanto a alguns pontos.

Nesse sentido, e o que desde logo se suscita, para fins de ciência, questiona-se:

- O local de entrega dos cilindros será somente no endereço constante no Edital?
- Os cilindros para o atendimento das unidades de saúde, casas prisionais e pacientes serão distribuídos pelo Município?
- Quantos cilindros de propriedade do cliente serão preenchidos?
- O atendimento aos pacientes requer o fornecimento dos acessórios necessários para o uso do oxigênio, tais como: máscaras, fluxômetros, reguladores, bases de apoio etc.?

Ademais, não se pode olvidar de que, ao fixar o escopo e extensão da especificação e obrigações, mostra-se necessário observar que o objetivo primordial da licitação é *“assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública”*, tal como prevê o art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o que evidentemente será atingido apenas mediante a mais ampla competição, evitando-se exigências restritivas, mormente quando irrelevantes e/ou impertinentes para o cumprimento do objeto.

Daí, pois, pleiteia-se sejam esclarecidos os pontos aqui questionados, assegurando-se – quando da resposta – a mais ampla competição entre as licitantes

IV – DO PEDIDO:

Diante do exposto, requer seja recebida, conhecida e acolhida a presente impugnação, fins de que (a) seja acrescida previsão expressa acerca do reajustamento de preços e do índice a ser adotado, ademais, (b) sejam prestados os

esclarecimentos pleiteados, tudo sendo consequentemente elaborado e republicado o novo instrumento convocatório, observados os prazos previstos em lei.

Pede apreciação, manifestação e deferimento.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2026.


Gerente Nacional de Contas Públicas

Luiza Corrêa

RG: 20.813.448-6

CPF: 109.123.167-21

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA

Tel.: +55 21 99194-8493